

Relatório INSP-2019-0126

BI-2019-0116

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 02/10/2019 **Hora:** 17:00 **Tipo:** Plano Operacional (PO-2019-0001)

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A inspeção teve como objetivo verificar o cumprimento das normas relativas à utilização de gases fluorados com efeitos de estufa – GFEE – (Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril, e Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro) e das normas relativas à utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono (Regulamento (CE) n.º 1005/2009, de 16 de setembro e Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio).

No local foi contactada a Sra. Aida Maria Oliveira Maciel Bettencourt (gerente), que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Maciel & Maciel, Lda. **NIPC/NIF:** 512046930

Sede/morada: Ribeira do Belo, 26

Código Postal: 9800-210 **Freguesia:** Rosais

Concelho: Velas **Ilha:** Ilha de São Jorge

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Armazém

Endereço: Ribeira do Belo, 24-A

Código Postal: 9800-210 **Freguesia:** Rosais

Concelho: Velas **Ilha:** Ilha de São Jorge

Atividade principal: 46382 - Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n.e.

Outras atividades: 47112-Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco.

Período de funcionamento: 9:00 – 12:00 e 13:30 – 17:45

Licenciamento da atividade: 27/94

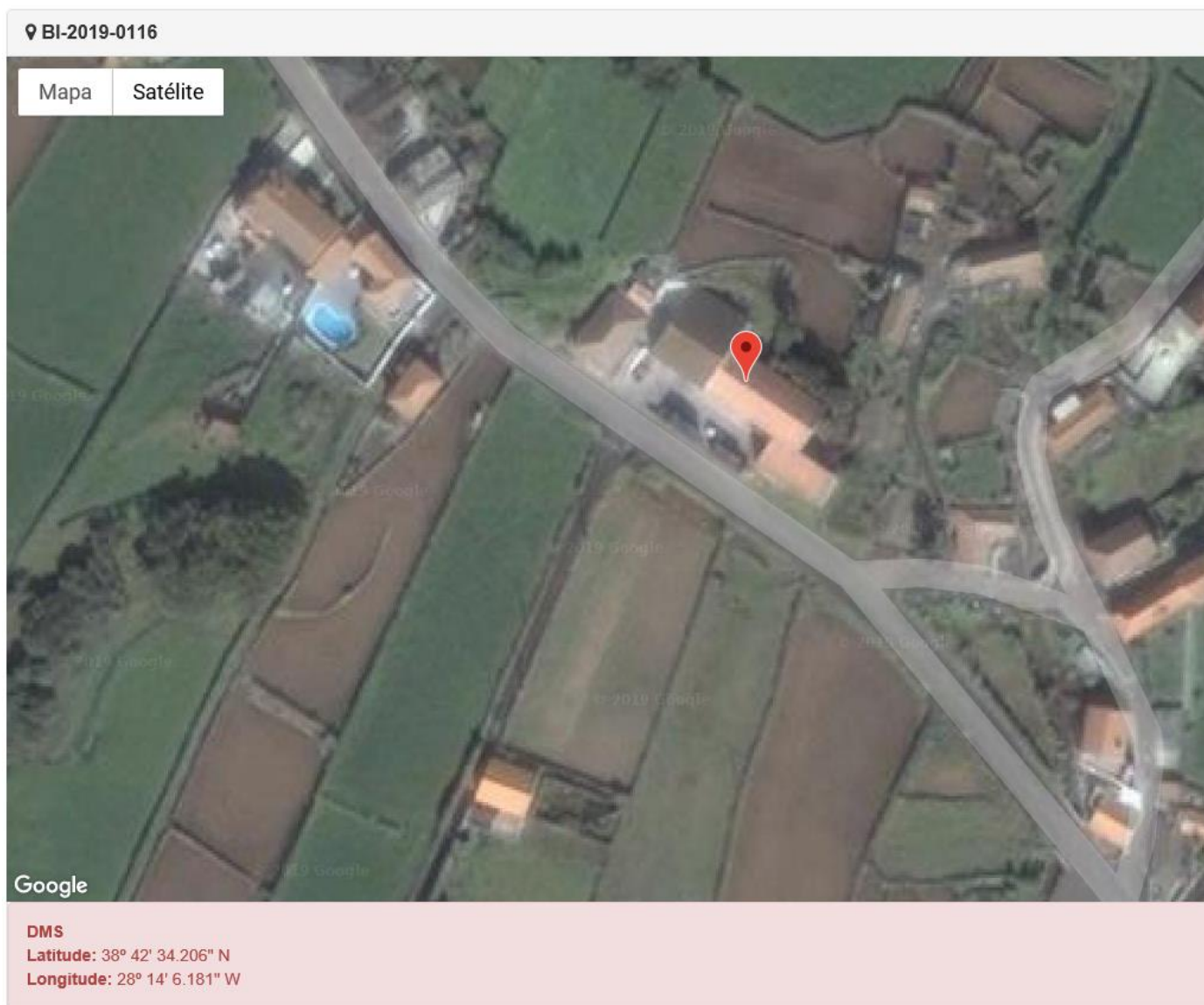


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Operadores de equipamentos com GFEE ^{a)}

^{a)} Equipamentos de refrigeração fixos; Equipamentos de ar condicionado fixos; Bombas de calor fixas; Equipamento fixo de proteção contra incêndios; Unidades de refrigeração de camiões e reboques refrigerados; Computadores elétricos; Ciclos orgânicos de Rankine.

2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	1	R-404A (0,850 kg)
5 ≤ TECO ₂ < 50	---	---

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
50 ≤ TECO ₂ < 500	---	---
TECO ₂ ≥ 500	---	---

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂

2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	Art. 4.º, Reg. CE 517/2014	Não aplicável	Isento.
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂ .	Art. 5.º, Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º, Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
d) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos (independentemente da quantidade instalada) para efeitos de reciclagem, valorização ou destruição.	Art. 8.º, Reg. CE 517/2014; Art. 19.º e 20.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Cumprimento das restrições de utilização previstas no artigo 13.º do Regulamento CE 517/2014.	Art. 13.º, Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Efetuar as diligências necessárias para determinar se a empresa prestadora de serviços detém os certificados necessários para as intervenções contratadas em equipamentos que contenham gases fluorados com efeitos de estufa.	Art. 10.º, n.º 11, Reg. CE 517/2014	Cumprido	
g) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano, por parte do operador dos equipamentos.	Art. 5.º, DL 45/2017	Não aplicável	

3 – Intervenções em equipamentos, compra e venda de GFEE, venda de equipamentos não hermeticamente fechados

Relativamente às intervenções em equipamentos, à compra e venda de gases fluorados com efeitos de estufa e venda de equipamentos não hermeticamente fechados ao utilizador final verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Exercício de atividades em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por técnicos certificados.	Art. 13.º e 14.º, DL 145/2017	Não aplicável	
b) Exercício de atividades em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por empresas certificadas.	Art. 16.º e 17.º, DL 145/2017	Não aplicável	



SPB

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Por cada intervenção em equipamento fixo de refrigeração, ar condicionado, bomba de calor, extintor ou sistema de proteção fixo contra incêndios, o técnico deve observar os procedimentos estabelecidos pelo organismo de certificação, devendo manter uma cópia da ficha de intervenção durante, pelo menos, 5 anos.	Art. 21.º, DL 45/2017	Não aplicável	
e) Comunicação de dados sobre compra e venda de gases fluorados à autoridade ambiental, até 30 de junho de cada ano, por parte de entidades que efetuam intervenções em equipamentos (incluindo oficinas auto).	Art. 5.º, DL 145/2017	Não aplicável	
f) Manutenção de um registo com as provas fornecidas de que a instalação de um equipamentos não hermeticamente fechado vendido diretamente ao utilizador final é efetuada por uma empresa certificada.	Art. 11.º, n.º 5, Reg. CE 517/2014; Art. 7.º, DL 145/2017	Não aplicável	

4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	---	---
3 ≤ Carga < 30	1	R22 (3,600 kg)
30 ≤ Carga < 300	---	---
Carga ≥ 300	---	---

4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º, Reg. CE 1005/2009	Não cumprido	Tem obrigação de deteção de fugas de 12 em 12 meses. Não efetua.
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º, DL 152/2005	Cumprido	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º, Reg. CE 1005/2009	Não cumprido	Não tem registo do equipamento.
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º, DL 85/2014	Não aplicável	Não foi efetuada qualquer intervenção.



5 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. Não efetua deteção periódica de fugas em equipamento abrangido por essa obrigação (12 em 12 meses). Incumprimento do dever de assegurar que os equipamentos que contenham substâncias regulamentadas que empobrecem a camada de ozono sejam controlados periodicamente para deteção de fugas, por técnico certificado, em violação do disposto no n.º 2 do artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, de 16 de setembro, constitui contraordenação ambiental muito grave, nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio, Constitui contraordenação ambiental muito grave, nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio.

6 – Indicações e medidas adotadas

Notificação da entidade para regularização da infração detetada, num prazo de 20 dias.

Angra do Heroísmo, 9 de outubro de 2019

O Inspetor

(João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva)